

CENTRAL HIDRELÉTRICA PALMEIRAS DO
TOCANTIS S.A.

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2017

CENTRAL HIDRELÉTRICA PALMEIRAS DO TOCANTINS S.A.

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2017

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balancos patrimoniais

Demonstração do resultado

Demonstração do resultado abrangente

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Demonstração dos fluxos de caixa - método indireto

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Acionistas e Administradores da
Central Hidrelétrica Palmeiras do Tocantins S.A.
Ponte Alta do Bom Jesus - TO

Opinião sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis da Central Hidrelétrica Palmeiras do Tocantins S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes Notas Explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Central Hidrelétrica Palmeiras do Tocantins S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa, para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfases

Transações com partes relacionadas

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 10 às demonstrações contábeis, a Companhia mantém relações e transações com partes relacionadas, representadas substancialmente por empréstimos financeiros e operações comerciais, cujos valores são pactuados entre as partes, com o objetivo de cumprimento de suas obrigações de curto prazo e atendimento as suas obrigações contratuais, respectivamente. As demonstrações contábeis foram elaboradas a partir de registros separados mantidos pela Companhia, sendo que os resultados poderiam ter sido diferentes, caso estas transações tivessem sido realizadas com terceiros. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Reestruturação de endividamento

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1.1 às demonstrações contábeis, a Companhia possui projetos de alongamento dos prazos de pagamento da dívida financeira, previstos para este primeiro semestre de 2018. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

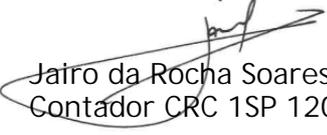


Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 24 de maio de 2018.



BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC 2 SP 013846/O-1 - S - TO


Jairo da Rocha Soares
Contador CRC 1SP 120458/O-6 -S- TO


Robinson Meira
Contador CRC 1SP 244496/O-5 -S- TO

CENTRAL HIDRELÉTRICA PALMEIRAS DO TOCANTIS S.A.

Balancos patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em Reais)

Ativo				Passivo e patrimônio líquido			
	Nota explicativa	2017	2016		Nota explicativa	2017	2016
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	3.608.914	3.635	Empréstimos e financiamentos	7	8.246.864	-
		<u>3.608.914</u>	<u>3.635</u>	Fornecedores	8	55.749	783.204
				Obrigações tributárias	9	89.247	34.034
Não circulante				Partes relacionadas	10	6.572.330	440.604
Imobilizado	6	13.922.250	3.178.855	Demais contas a pagar		-	11.168
		<u>13.922.250</u>	<u>3.178.855</u>			<u>14.964.190</u>	<u>1.269.010</u>
				Patrimônio líquido			
				Capital social	12.1	1.800.000	1.800.000
				Adiantamento para futuro aumento de capital	12.2	1.000.000	149.550
				Prejuízos acumulados		(233.026)	(36.070)
						<u>2.566.974</u>	<u>1.913.480</u>
Total do ativo		<u>17.531.164</u>	<u>3.182.490</u>	Total do passivo e do patrimônio líquido		<u>17.531.164</u>	<u>3.182.490</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

CENTRAL HIDRELÉTRICA PALMEIRAS DO TOCANTIS S.A.

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em Reais)

	Nota explicativa	2017	2016
Receitas/(despesas) operacionais			
Despesas gerais e administrativas	13	(79.818)	(34.065)
Despesas tributárias	13	(38.431)	(39)
Outras despesas	13	(3.498)	-
		<u>(121.747)</u>	<u>(34.104)</u>
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	14	46	4
Despesas financeiras	14	(75.255)	(1.970)
		<u>(75.209)</u>	<u>(1.966)</u>
Prejuízo do exercício		<u><u>(196.956)</u></u>	<u><u>(36.070)</u></u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

CENTRAL HIDRELÉTRICA PALMEIRAS DO TOCANTIS S.A.

Demonstração do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em Reais)

	2017	2016
Prejuízo do exercício	<u>(196.956)</u>	<u>(36.070)</u>
Total do resultado abrangente do exercício	<u><u>(196.956)</u></u>	<u><u>(36.070)</u></u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

CENTRAL HIDRELÉTRICA PALMEIRAS DO TOCANTIS S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido (Em Reais)

	Capital social			Adiantamento para futuro aumento de capital	Prejuízos acumulados	Total
	Subscrito	A integralizar	Integralizado			
Saldos em 31 de dezembro de 2015	1.200.000	(1.173.000)	27.000	-	-	27.000
Integralização do capital social	-	1.173.000	1.173.000	-	-	1.173.000
Aumento de capital social	600.000	-	600.000	-	-	600.000
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	-	149.550	-	149.550
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(36.070)	(36.070)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	1.800.000	-	1.800.000	149.550	(36.070)	1.913.480
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	-	850.450	-	850.450
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(196.956)	(196.956)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	1.800.000	-	1.800.000	1.000.000	(233.026)	2.566.974

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

CENTRAL HIDRELÉTRICA PALMEIRAS DO TOCANTIS S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em Reais)

	2017	2016
Prejuízo do exercício	(196.956)	(36.070)
Aumento/(diminuição) das contas de ativo e passivo		
Fornecedores	(727.455)	783.204
Obrigações tributárias	55.213	34.034
Demais contas a pagar	(11.168)	11.168
Caixa gerado das/(utilizado nas) atividades operacionais	(880.366)	792.336
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de imobilizado	(10.651.351)	(3.153.855)
Caixa utilizado nas atividades de investimentos	(10.651.351)	(3.153.855)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Empréstimo de partes relacionadas	6.131.726	440.604
Captação de empréstimos e financiamentos	8.191.008	-
Pagamento de Juros	(36.188)	-
Integralização de capital social	-	1.173.000
Aumento de capital social	-	600.000
Adiantamento para futuro aumento de capital	850.450	149.550
Caixa gerado das atividades de financiamentos	15.136.996	2.363.154
Acréscimo líquido no caixa e equivalentes de caixa	3.605.279	1.635
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	3.635	2.000
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	3.608.914	3.635
Acréscimo líquido no caixa e equivalentes de caixa	3.605.279	1.635

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

1. Informações gerais

A Central Hidrelétrica Palmeiras do Tocantins S.A. (“Companhia”) foi constituída em 16 de outubro de 2015, e é uma sociedade anônima de capital fechado. Sua sede está localizada na Rodovia TO-110, km 23, Loteamento Ribeirão Bonito Lote 3/4 - B, S/N, Zona Rural, Município de Ponte Alta Do Bom Jesus, Estado do Tocantins.

A Companhia tem por objeto social a geração e comercialização de energia elétrica de origem hidráulica, mediante a exploração da Central Hidrelétrica Palmeiras do Tocantins.

Em 17 de novembro de 2016, por meio do despacho nº 3000, a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL habilitou a Companhia, no leilão nº 03/2016-ANEEL, que licita a contratação de Energia de Reserva proveniente de empreendimentos de geração, a partir das fontes solar fotovoltaica e hidrelétrica, destinada ao Sistema Interligado Nacional (SIN), no Ambiente de Contratação Regulada (ACR), com início de suprimento de energia elétrica em 1º de julho de 2018 para fonte solar fotovoltaica e 1º de março de 2020 para fonte hidrelétrica.

Em 7 de março de 2017, por meio da portaria nº 84, obteve autorização do Ministro de Estado de Minas e Energia, a estabelecer-se como Produtor Independente de Energia Elétrica, mediante a exploração de potencial hidráulico localizado no Ribeirão Bonito, Município de Ponte Alta do Bom Jesus, Estado do Tocantins, nas Coordenadas Planimétricas E=355256 m e N=8680900 m, Fuso 23S, Datum SIRGAS2000, por meio da implantação da Central Geradora Hidrelétrica denominada CGH Palmeiras, cadastrada com o Código Único do Empreendimento de Geração - CEG: CGH.PH.TO.035747-2.01, com 2.750 kW de capacidade instalada e 1.470 kW médios de garantia física de energia, constituída por uma Unidade Geradora.

Abaixo o cronograma implantação da Central Geradora Hidrelétrica:

- a) Descida do rotor da unidade geradora: ocorreu em 05 de fevereiro de 2018;
- b) Início da montagem eletromecânica da unidade geradora: ocorreu em 12 de março de 2018;
- c) Conclusão da montagem eletromecânica da unidade geradora: ocorreu em 30 de abril de 2018;
- d) Início da operação em teste da unidade geradora: ocorreu em 10 de maio de 2018;
- e) Obtenção da licença ambiental de operação - LO: ocorreu em 03 de maio de 2018; e
- f) Início da operação comercial da unidade geradora ou data da ligação da unidade geradora: ocorreu em 18 de maio de 2018;

As demonstrações contábeis foram autorizadas para uso pela Administração em 24 de maio de 2018

1.1 Restruturação de Endividamento

A Companhia, juntamente com instituição financeira brasileira, está estruturando uma operação de captação de recursos, mediante emissão de debêntures incentivadas nos termos da Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011 e alterações subsequentes, cujos recursos serão utilizados para reembolso ou quitação das despesas e/ou dívidas incorridas na construção e implantação de projetos da usina hidrelétrica, neste primeiro semestre de 2018. O objetivo das debêntures é alongar a dívida com uma remuneração mensal para o investidor. Em caso da não concretização da emissão das debêntures, as linhas aprovadas de R\$ 5 milhões junto ao Banco Itaú S.A. e de R\$ 3.191.008 com o Banco Santander (Brasil) S.A., conforme mencionado na nota explicativa N° 7, possuem um bridge loan para operação com o Banco Nacional de Desenvolvimento Social - BNDES de longo prazo. Considerando que os projetos são viáveis, a Administração da Companhia entende a possibilidade altamente provável de alongamento do prazo de pagamento da dívida, estruturada para o fluxo financeiro de caixa livre gerado, atual e futuro, pela operação da usina hidrelétrica.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

2.1. Base de preparação (Declaração de conformidade)

As demonstrações contábeis foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs).

As principais políticas contábeis adotadas na preparação dessas demonstrações contábeis estão descritas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo indicação contrária.

2.2. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma.

2.3. Moeda funcional

Essas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia.

2.4. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. No momento a Companhia não possui registrado contabilmente qualquer estimativa contábil.

3. Resumo das principais práticas contábeis

3.1. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. Incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras realizáveis em até 90 dias da data original do título ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

3.2. Imobilizado

Avaliado ao custo de aquisição e/ou construção, acrescido de juros capitalizados durante o período de construção, quando aplicável para casos de ativos qualificáveis, e reduzido pela depreciação acumulada e pelas perdas por "impairment", quando aplicável.

Os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da Companhia, originados de operações de arrendamento mercantil do tipo financeiro, são registrados como se fosse uma compra financiada, reconhecendo no início de cada operação um ativo imobilizado e um passivo de financiamento, sendo os ativos também submetidos às depreciações calculadas de acordo com as vidas úteis estimadas dos respectivos bens ou duração do contrato, nos casos em que não há a opção de compra.

A depreciação dos ativos será calculada pelo método linear, conforme sua vida útil estimada, quando a infraestrutura for concluída. E assim, os valores residuais e a vida útil destes ativos serão revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

Os ganhos e as perdas em alienações são apurados comparando-se o valor da venda com o valor residual contábil e são reconhecidos na demonstração do resultado.

3.3. Avaliação do valor recuperável dos ativos

O valor contábil líquido dos ativos é avaliado anualmente para identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou, ainda, sempre que eventos ou alterações significativas nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando aplicável, se houver perda decorrente das situações em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável.

Para fins de avaliação do valor recuperável, os ativos são agrupados nos menores níveis para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGC). No caso da Companhia, ela própria é a única UGC.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação embases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

3.4. Fornecedores e outras contas a pagar

As contas a pagar aos fornecedores e as outras contas a pagar são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

3.5. Empréstimos vinculados ou não a partes relacionadas

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

3.6. Instrumentos financeiros

Categorias

A categoria depende da finalidade para a qual os ativos e passivos financeiros foram adquiridos ou contratados e é determinada no reconhecimento inicial dos instrumentos financeiros.

Os ativos financeiros mantidos pela Sociedade são classificados sob as seguintes categorias:

- Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado: São ativos financeiros mantidos para negociação, quando são adquiridos para esse fim, principalmente no curto prazo e são mensurados ao valor justo na data das demonstrações financeiras, sendo as variações reconhecidas no resultado;
- Empréstimos e recebíveis: São incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São registrados no ativo circulante, exceto, nos casos aplicáveis, aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço, os quais são classificados como ativo não circulante. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva), menos perda por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou "prêmio" na aquisição e taxas ou custos incorridos;
- Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado: São classificados ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado;

- Outros passivos financeiros: São mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

Mensuração

As compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data da negociação, ou seja, na data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os empréstimos e recebíveis e ativos financeiros mantidos até o vencimento são mensurados ao custo amortizado.

Os ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos de transação são registrados na demonstração do resultado. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são registrados na demonstração do resultado nas rubricas "Receitas financeiras" ou "Despesas financeiras", respectivamente, no período em que ocorrem. Para os ativos financeiros classificados como "Disponíveis para venda", quando aplicável, essas variações são registradas na rubrica "Outros resultados abrangentes", no resultado abrangente e no patrimônio líquido, até o momento da liquidação do ativo financeiro, quando, por fim, são reclassificadas para o resultado do exercício.

4. Normas, alterações e interpretações

4.1. Vigentes a partir de 1º de janeiro de 2018

IFRS 9/CPC 48 - Instrumentos financeiros: introduz novas exigências para a classificação, mensuração, impairment, contabilidade de hedge e reconhecimento de ativos e passivos financeiros.

IFRS 15/CPC 47 - Receita de contratos com clientes: estabelece princípios para o registro da receita provenientes de contratos com clientes e sua divulgação. Substituirá os pronunciamentos vigentes de reconhecimento de receita.

Na avaliação da Companhia, a aplicação destas novas normas não impactará significativamente suas demonstrações contábeis.

4.2. Vigentes a partir de 1º de janeiro de 2019

IFRS 16/CPC 06(R2) - Arrendamento mercantil: introduz exigências para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos. A norma estabelece o reconhecimento pelo arrendatário dos ativos e passivos para todos os contratos de arrendamento, a menos

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em Reais)

que o prazo do mesmo seja inferior a doze meses ou o valor do ativo objeto do leasing tenha valor não significativo. Para os arrendadores não há alterações substanciais, devendo se manter a classificação dos contratos de leasing como operacionais ou financeiros, conforme definido no IAS 17/CPC 06(R1).

A Companhia não possui contratos de arrendamento mercantil, desta forma, esta norma não impactaria.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	2017	2016
Caixa	8.800	2.000
Banco conta movimento	3.597.946	210
Aplicação financeira	2.168	1.425
	<u>3.608.914</u>	<u>3.635</u>

As aplicações financeiras são realizadas com bancos de primeira linha, reduzindo o risco de crédito, e a sua remuneração se aproxima do Certificado de Depósito Interfinanceiro - CDI.

6. Imobilizado

	2017	2016
Em curso		
Terreno	50.000	50.000
Barragens, adutora e máquinas	13.071.320	3.128.855
Adiantamentos a fornecedores	800.930	-
Total	<u>13.922.250</u>	<u>3.178.855</u>

Movimentação do ativo imobilizado

	31/12/2015	Adições	31/12/2016
Em curso			
Terreno	25.000	25.000	50.000
Barragens, adutora e máquinas	-	3.128.855	3.128.855
	<u>25.000</u>	<u>3.153.855</u>	<u>3.178.855</u>

CENTRAL HIDRELÉTRICA PALMEIRAS DO TOCANTINS S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em Reais)

	31/12/2016	Adições	31/12/2017
Em curso:			
Terreno	50.000	-	50.000
Barragens, adutora e máquinas	3.128.855	9.942.465	13.071.320
Adiantamentos a fornecedores	-	800.930	800.930
	<u>3.178.855</u>	<u>10.743.395</u>	<u>13.922.250</u>

Encargos financeiros de dívida vinculados a investimentos no imobilizado em curso: em 2017 foram capitalizados custos de encargos de empréstimos e financiamentos relacionados a construção da usina hidrelétrica no valor de R\$ 92.044. Este montante é um item de movimentação patrimonial que não afeta a Demonstração dos Fluxos de Caixa.

7. Empréstimos e financiamentos

	Vencimento	Taxa de juros (aa)	2017	2016
Cédula de crédito bancário (CCB)	junho/18 a agosto/22	6,10% a 13% + TJLP	8.246.864	-
			<u>8.246.864</u>	<u>-</u>

Referem-se a contratos de Cédula de Crédito Bancário (CCB) firmados com o Banco Santander (Brasil) S.A. e Banco Itaú S.A., tomados para fins de execução das obras e carência de 1 ano. Há garantias vinculadas a fiança de equipamentos empenhados na obra.

7.1. Restrições contratuais

A Companhia possui determinadas obrigações de cumprimentos de índices financeiros (covenants), no qual, deverá comprovar o capital social consolidado do grupo econômico, vinculado a sua controladora, ZX Participações S.A., no valor de no mínimo R\$ 39.068.827 em 31 de dezembro de 2017. Em razão desta obrigação, e de acordo com os fatores mencionados na nota explicativa N° 1.1, a Administração da Companhia reclassificou o montante de dívida, liquidável com as referidas instituições financeiras a partir de 2019, para o passivo circulante, nestas demonstrações contábeis.

8. Fornecedores

	2017	2016
Fornecedores nacionais (materiais e serviços)	55.749	68.937
Partes relacionadas (serviços de construção e mão de obra)	-	714.267
	<u>55.749</u>	<u>783.204</u>

CENTRAL HIDRELÉTRICA PALMEIRAS DO TOCANTINS S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em Reais)

9. Obrigações tributárias

	2017	2016
ISS retido a pagar	87.872	30.533
PIS, Cofins e Contribuição social - PCC	741	2.647
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	634	854
	<u>89.247</u>	<u>34.034</u>

10. Partes relacionadas

As relações e transações com partes relacionadas são realizadas em condições de mercado, cujas condições comerciais e financeiras são definidas entre as partes.

	2017	2016
Partes relacionadas - Empréstimo		
ZX Participações S.A. (c)	4.677.162	-
Acionistas - pessoas físicas	2.000	-
Capitale Participações Ltda. (a)	1.893.168	440.604
	<u>6.572.330</u>	<u>440.604</u>
Fornecedores		
BT Arbex - ME (b)	-	304.840
ZX Engenharia e Construções Ltda. (b)	-	409.427
	<u>-</u>	<u>714.267</u>

- (a) Empréstimo concedido pela Capitale Participações Ltda. no período compreendido de 07 de outubro e 21 de dezembro de 2016, com o objetivo de assegurar andamento das obras, e posterior investimento na Companhia, por meio de ingresso na sociedade, conforme mencionado na nota explicativa N° 12.1. Este montante não tem encargo financeiro. Não há garantias concedidas;
- (b) Relações comerciais vinculadas as obras da usina hidrelétrica relacionado a projeto, administração e construção, bem como, serviço de mão de obra;
- (c) Empréstimo concedido pela acionista controladora em no período compreendido entre 04 de novembro de 2016 e 28 de dezembro de 2017, com o objetivo de assegurar andamento das obras, e posterior investimento na Companhia. Este montante não tem encargo financeiro. Não há garantias concedidas.

Remuneração da Administração

Não ocorreu deliberação sobre remuneração a ser concedida a diretoria, representada pelo seu acionista controlador, uma vez que a Companhia faz parte do Grupo Econômico ZX Energia, na qual possui diversos outros negócios, e possui uma administração compartilhada.

A Administração não possui outros benefícios pós-emprego e outros benefícios concedidos a Administração.

11. Contingências

A Companhia não possui qualquer processo, administrativo ou judicial, em qualquer área do direito, ou seja, tributária, cível, penal e trabalhista.

De acordo com a legislação vigente, as declarações de imposto de renda entregues estão sujeitas à revisão das autoridades fiscais. Várias outras declarações referentes a impostos e contribuições federais e municipais, contribuições previdenciárias e outros encargos similares referentes a períodos variáveis estão sujeitas à revisão por períodos variados. No entanto, na opinião da Administração da Companhia, todos os impostos e encargos devidos foram pagos ou estão devidamente provisionados no balanço patrimonial e, em 31 de dezembro de 2017, não há processos significativos conhecidos contra a Companhia. Contingências que possam advir de eventuais fiscalizações não podem ser determinadas no momento. Consequentemente, a Companhia não tem registrada provisão para contingências.

12. Patrimônio líquido

12.1. Capital social

Em 31 de dezembro de 2017, o capital social da Companhia era de R\$ 1.800.000.

Em 22 de setembro de 2016 a ZX Participações S.A. integralizou o total do capital social subscrito e não integralizado de R\$ 1.148.000, e na mesma data os investidores aprovaram o aumento de capital no montante de R\$ 600.000, mediante a emissão de 600.000 quotas, todas subscritas pela ZX Participações S.A., passando o capital social de R\$ 1.200.000 para R\$ 1.800.000, totalmente subscrito e integralizado.

Posteriormente em 05 de dezembro de 2017, ocorreu a transformação de quotas em ações ordinárias, e preferenciais classe A, ambas nominativas e sem valor nominal, bem como, a entrada de novo acionista, passando a composição do capital social a ser da seguinte forma:

	Ações		Total de ações	%	Valor (R\$)
	Ações ordinárias	Ações preferenciais - Classe A			
ZX Participações S.A.	1.544.040	-	1.544.040	85,78%	1.544.040
Capitale Participações Ltda.	-	255.960	255.960	14,22%	255.960
	<u>1.544.040</u>	<u>255.960</u>	<u>1.800.000</u>	<u>100%</u>	<u>1.800.000</u>

Nesta mesma data foi firmado um Acordo de Sócios.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em Reais)

12.2. Adiantamento para futuro aumento de capital

Em 2017 e 2016, os acionistas ZX Participações S.A. e Capitale Participações Ltda. aportaram recursos a título de adiantamento para futuro aumento de capital, a ser integralizado na próxima Assembléia Geral Extraordinária. Este recurso tem como objetivo prover de recursos a Companhia para a realização dos investimentos na usina geradora em curso.

	2017	2016
ZX Participações S.A.	857.800	149.550
Capitale Participações Ltda.	142.200	-
	<u>1.000.000</u>	<u>149.550</u>

13. Despesas por função e natureza

	2017	2016
Classificação por função:		
Despesas gerais e administrativas	(79.819)	(34.065)
Despesas tributárias	(38.431)	(39)
Outras	(3.497)	-
	<u>(121.747)</u>	<u>(34.104)</u>

	2017	2016
Classificação por natureza:		
Despesas com viagens	(9.909)	-
Despesas com cartorio e materiais de escritório	(36.211)	-
Despesas com seguros	(8.646)	(24.610)
Despesas com assessoria contábil	(9.628)	(8.858)
Despesas tributárias	(38.431)	(39)
Serviços prestados - Pessoa Jurídica	(14.864)	-
Outras despesas	(4.058)	(597)
	<u>(121.747)</u>	<u>(34.104)</u>

14. Resultado Financeiro

	2017	2016
Receitas Financeiras		
Rendimentos Aplicações Financeiras	46	4
	<u>46</u>	<u>4</u>

CENTRAL HIDRELÉTRICA PALMEIRAS DO TOCANTINS S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em Reais)

	2017	2016
Despesas Financeiras		
IOF sobre operação de captação de dívida	(60.900)	-
Juros Passivos	(8.840)	-
Despesas Bancárias	(5.515)	(1.970)
	<u>(75.255)</u>	<u>(1.970)</u>

IOF sobre operação de captação dívida: vinculados a captação de recursos junto ao Banco Itaú S.A., conforme mencionado na nota explicativa N° 7.

15. Seguros

Em 31 de dezembro de 2017 a Companhia possuía apenas seguro garantia - setor público, cuja o segurado é a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, correspondente ao Leilão Edital N°03/2016 (LER), com potência instalada de 2,75 MW. O seguro listado abaixo garante o fiel cumprimento das obrigações assumidas pela Companhia perante a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, com renovação posteriores e vigência para até novembro de 2018:

Item	Tipo de cobertura	Importância segurada
Seguro garantia	Construção, fornecimento ou prestação de serviços	620.155

Em 2018, a Companhia efetuou a contratação de seguro de risco operacional com vigência até maio de 2019, com cobertura básica de danos materiais (incêndio, raio, explosão de qualquer natureza e danos de causa externa), cobertura de quebras de máquinas e danos elétricos, vendaval, alagamento, desmoraonamento, despesas de desentulho, despesas extraordinárias, despesas de salvamento e contenção de sinistros, linha de transmissão e distribuição de energia. A importância segurada é de R\$ 16.880.905, possuindo inclusive direito a lucros cessantes de R\$ 3.940.712.

16. Instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros não derivativos. A Administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A Companhia não efetuou aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em Reais)

16.1. Classificação dos instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros não derivativos são classificados como empréstimos e recebíveis e passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado, conforme descrito a seguir. Não existem outros instrumentos financeiros classificados em outras categorias além da informada a seguir:

	Categoria	31/12/2017		31/12/2016	
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativo financeiros					
Caixa e equivalentes de caixa	Empréstimos e recebíveis	3.608.914	3.608.914	3.635	3.635
Passivos financeiros					
Empréstimos e financiamentos	Empréstimos e recebíveis	8.246.864	8.246.864	-	-
Fornecedores	Custo amortizado	55.749	55.749	783.204	783.204
Partes relacionadas	Custo amortizado	6.572.330	6.572.330	440.604	440.604

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação. Quando aplicável, as informações sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo. Esses instrumentos financeiros são classificados como nível 2 de avaliação a valor justo.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 para os instrumentos financeiros do Grupo de "Empréstimos e Recebíveis", que abrange somente caixa e equivalentes de caixa e empréstimos e recebíveis, e para o Grupo de "Custo Amortizado" que abrange somente fornecedores e partes relacionadas, o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo e conforme item 29 do Pronunciamento Técnico CPC 40 para estes casos a divulgações de valor justo não são exigidas.

16.2. Fatores de risco financeiro

Os principais riscos inerentes as operações da Companhia e a forma de controle e mitigação, quando aplicáveis, são assim descritos.

- a) Risco de crédito: A Companhia restringe sua exposição a riscos de créditos associados a bancos e a aplicações financeiras, efetuando seus investimentos em instituições financeiras de primeira linha e com remuneração em títulos de curto prazo;

- b) Riscos de liquidez: Risco de a Companhia não possuir recursos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. Para administrar a liquidez do caixa, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de tesouraria;
- c) Risco de taxa de juros (risco de mercado): Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando mitigar esse tipo de risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas. A Administração entende que o risco de mudanças significativas no resultado e nos fluxos de caixa é baixo, e assim justifica a não demonstração da análise de extrapolação deste risco.

Análise de sensibilidade

A Companhia está exposta a variações de taxas de juros pré-fixadas e pós-fixadas, sendo que as taxas pós-fixadas estão representadas por TJLP.

A taxa de juros de longo prazo (TJLP) foi instituída para definir o custo básico dos financiamentos concedidos pelo BNDES e está nesta data em 7% a.a. A Administração considera que a exposição as flutuações das taxas de juros não acarretam impacto relevante, de forma que, preferencialmente, não utiliza instrumentos financeiros derivativos para gerenciar este tipo de risco, bem como, mencionado na nota explicativa N°1.1, pretende liquidar as dívidas no curto prazo, não incorrendo em expectativas de liquidação deterioradas da taxa de juros em 2018. Portanto, não apresenta o quadro de sensibilidade desta exposição.